

ENTREVISTA a MARGARIDA

VALE DE GATO, TRADUTORA DE *THE PICKWICK PAPERS*

A edição em versão integral de *The Pickwick Papers*, em 2009, levada a cabo pela Tinta-da-China é, por si só, uma prova da actualidade da obra de Charles Dickens.

>>

A obra foi traduzida pela primeira vez em 1898, por Henrique Lopes de Mendonça, e, em 1953, por Mário Domingues. Foi em vão que foi levada a cabo uma investigação da recepção da obra em meados do século XX (não se encontraram textos de recepção crítica). Já a recepção, em 2009, de *Os Cadernos de Pickwick* foi objeto de notícias e comentários em vários lugares (na blogosfera e em publicações periódicas habituais), para lá dos textos (paratextos a antecederem a tradução) dos seus primeiros leitores: o “Prefácio” de Ricardo Araújo Pereira, e “Nota textual e de tradução”, de Margarida Vale de Gato.

No quadro das relações interculturais que uma homenagem e uma tradução sempre significam, Margarida Vale de Gato foi desafiada a responder a algumas questões sobre a tradução que realizou de *The Pickwick Papers* em particular, e sobre a tradução em geral, dado o seu já longo ofício de tradutora.

Margarida Isabel de Oliveira Vale de Gato é poeta, tradutora, professora universitária, investigadora. Doutorou-se na área de Literatura e Cultura Norte-Americana, com a dissertação intitulada *Edgar Allan Poe em Ttanslação: entre textos e sistemas visando as rescritas na lírica moderna em Portugal* (2008), Universidade de Lisboa. É investigadora Principal de PEnPAL in

Translation – Portuguese-English Platform for Anthologies of Literature in Translation. É responsável pela coordenação de revisão e edição de texto da revista *Cine Qua Non. Bilingual Arts Magazine*. Em 2010, publicou o seu primeiro livro de poesia: *Mulher ao Mar* (Mariposa Azul). Para lá da sua vasta obra ensaística, é de relevar o trabalho de editora e tradutora de *Obra Poética Completa de Edgar Allan Poe* (com ill. Filipe Abranches, Lisboa, Tinta da China, 2009). No campo da tradução, são vários os autores traduzidos: Henry James, W.H. Auden, Oscar Wilde, Lewis Carroll, Truman Capote, Herman Melville, Jack Kerouac, James Ellroy, Henri Michaux, René Char, Christina Rossetti (entre muitos outros).

ENTREVISTA

MLS: *Como Margarida Vale de Gato sublinha em “Nota Textual e de Tradução”, um dos traços da obra de Charles Dickens é o trabalho com as variedades linguísticas e discursivas da língua inglesa. Cito palavras da tradutora: “Dickens foi um dos principais autores do século XIX que se empenhou em mostrar as diferentes maneiras de se ser humano e parecia acreditar que estas se relacionavam intimamente com o uso da linguagem de cada indivíduo. Tinha uma apetência por idiossincrasias, defeitos de fala, marcas regionais (dialectos) e de estratificação social (sociolectos), agradando-lhe em particular o cockney, a maneira de falar associada às classes operárias de Londres, especialmente do East End, uma apetência por indiossincrasias, defeitos de fala....” (Os Cadernos de Pickwick: 15-16).*

>>

Pode falar-nos das dificuldades maiores que enfrentou nesta tradução no que diz respeito às variedades linguísticas e ao facto de se tratar de um autor oitocentista? Como resolveu a questão da oralidade desse romance, e, especificamente, a questão do cockney?

MVG: Eu não superei todas as dificuldades que existem nesta tradução. Não superei, nomeadamente, a questão do *cockney*, que é basicamente um sociolecto (*i.e.*, uma maneira de falar de uma classe, neste caso baixa e próxima da marginalidade social), mas que também tem algo de dialecto, associando-se à região da Londres urbana, sobretudo do East End. Ora, na cultura de chegada, ou não temos nada de muito semelhante, ou eu não tenho estado suficientemente atenta ao falar, por exemplo, de Xabregas... mas mesmo que estivesse não poderia colocar uma personagem oitocentista do East End a falar como as pessoas de Xabregas hoje, pois isso abalaria as relações sócio-económicas e políticas subjacentes às escolhas no texto de partida. Valeu-me, porém, a reflexão, secundada por vários críticos de Dickens, de que o seu famoso ouvido para as expressões verbais de vários estratos sociais, nomeadamente a predilecção pelo *cockney*, se realizava de um modo ficcional, fixando algo que

nem sempre correspondia à realidade.... parece que, aliás, uma das características principais que lhe imputa na sua obra, a troca do W pelo V, que em *The Pickwick Papers* conduz a vários malentendidos humorísticos por parte do Sr. Weller (ou Veller) não é especialmente verificável. Assim sendo, eu também optei por ficcionar, mas por assim dizer em abstracto... na minha versão, o Sr. Weller fala como alguém de baixa literacia – diz “quaisquieres” em vez de “quaisquer”, troca a posição dos “r” (“preguntas” em vez de “perguntas”), conjuga a segunda pessoa do singular com “s”, e usa algumas expressões mais castiças. Estas, porém, não são nunca identificáveis com uma região ou um grupo específico em Portugal, para não alterar as referidas relações estabelecidas no original, que transmite uma visão relativa à moralidade oitocentista pré-vitoriana de Inglaterra, à qual se exige fidelidade documental para que o texto literário na língua de chegada cumpra a função que muito prezo de dar um testemunho cultural (e até, tanto quanto possível, linguístico), do estrangeiro.

A época interfere igualmente com este assunto da reprodução de uma linguagem oral e coloquial, na medida em que considero que devo ter cuidado para não introduzir termos de uma gíria demasiado contemporânea, até porque esta, por marcar o desvio, acaba por ser muito mais rapidamente datada (ninguém imagina uma personagem oitocentista a dizer “baril”, tal como eu não imagino a minha filha a dizê-lo). Nesse aspecto, foi-me muito útil existir já uma tradução integral de finais do século XIX (a de Henrique Lopes Mendonça, o autor da letra do nosso hino) que, se bem que com algum comedimento, procurou reproduzir certa gíria... por ela fiquei a saber, por exemplo, que uma expressão como “porreiro” já seria então de uso.

MLS: *Ricardo Araújo Pereira afirma, em palavras transcritas na contracapa da tradução do livro, que, e cito: “Os Cadernos de Pickwick foram e são um clássico instantâneo, uma referência na comédia de situação, de linguagem e de personagens”.*

Esta sumária apresentação dá, de imediato, uma ideia das grandes dificuldades com que se depara um tradutor perante uma obra como esta. Pode falar-nos das suas opções para produzir o efeito do cómico de situação e de linguagem? Quais as estratégias translatórias nesses casos em particular?

MVG: O cómico de linguagem torna-se, de facto, especialmente difícil de traduzir quando interfere com o cómico de situação e essa situação é dotada de especificidades culturais. Veja-se o caso de um certo conde russo desmiolado que teima em confundir, seja pela má pronúncia ou pelo mau ouvido, os nomes das personagens principais da obra: assim, trata Mr. Pickwick por “Big Vig”, ao mesmo tempo que quereria dizer “Big Wig”, o que justifica confundi-lo com um jurista (pela longa cabeleira). Ora, para conseguir qualquer trocadilho aceitável em português, eu precisaria de mudar um nome já canónico e, por assim dizer, imortalizado, o de Pickwick, o que equivaleria a trocar o universal pelo local. Assim sendo, optei por não o fazer, e por remeter a descodificação da piada para uma nota de rodapé.

>>

Há outros casos, mais localizados, em que o trocadilho se torna mais fácil de transplantar. Assim, num episódio de julgamento (e não foi por acaso que Dickens satirizou em especial a classe dos magistrados, mas pelos conhecidos sofrimentos pessoais e desacordos de princípio com o sistema judicial inglês à época, o que faz que o tradutor deva ter particular atenção a tais referências situacionais), em que um funcionário de um juiz deixa de tratá-lo por “Your Worship” e passa a “Your Wash-Up”, socorri-me da liberdade de mudar “Meretíssimo” para “Merdíssimo”, pois isso não interferiria com restantes passos do texto.

MLS: *Umberto Eco diz que as notas de rodapé numa tradução são sempre sinal de fraqueza. A Margarida recorre a algumas notas e, a meu ver, com muita pertinência. Teve a tentação de acrescentar mais notas?*

MVG: Eu gosto de notas de rodapé, sempre gostei. Algumas das notas que introduzi em *The Pickwick Papers* – como por exemplo, “O pai de Dickens esteve detido por dívidas nesta prisão em 1824. O estabelecimento foi encerrado em 1844. A prisão de Newgate, do século XVIII, foi demolida em 1902 por ordem do tribunal criminal londrino, conhecido como ‘Old Bailey’”. Correspondem às minhas delícias de leitora ao descobrir as motivações que atravessam uma obra. Assim sendo, nunca me coibi de introduzir notas de rodapé quando penso que estas cumprem essa função. Nem nunca nenhum editor me censurou uma nota de rodapé. Foi só quando assisti a algumas cadeiras de tradução – na altura em que comecei a traduzir ainda não havia nenhum curso superior em universidades públicas, e só quando resolvi enveredar na pós-graduação por assuntos relacionados com os estudos de recepção e tradução, é que pedi para assistir aulas de cadeiras entretanto criadas – é que me deparei com duas ideias de que discordo genericamente: a de que os editores comerciais não vêm com bons olhos a nota de rodapé (o que, repito, jamais verifiquei pela experiência), e essa, que cita de Umberto Eco, que as notas de rodapé são uma espécie de desculpa por o tradutor não cumprir o seu trabalho. Por outro lado, claro que as notas de rodapé não devem servir para explicar uma anedota (parafraseio, um tanto fora de contexto, um dos meus heróis da tradução, Haroldo de Campos). O segredo, parece-me, está numa percepção adequada da diferença de conhecimento partilhado entre a cultura de partida no seu tempo e a cultura de chegada à época em que recebe o texto. As notas de rodapé devem acabar onde essa diferença se extingue.

MLS: *Numa sessão sobre tradução, ouvi uma tradutora afirmar que, para um(a) profissional da tradução, não há nada que seja intraduzível. Que é, entre outras coisas, uma questão ética e deontológica. Concorda com esta posição? Pode apontar exemplos na sua prática de tradução de passos que quase a fizeram desistir?*

MVG: Concordo na generalidade e não concordo na especificidade. Para justificar “a generalidade”, socorro-me de George Steiner, quando afirma que o primeiro movimento do processo de tradução é um acto de fé: o tradutor deve acreditar que o texto faz sentido; para tanto, recorrerá a todos os ataques possíveis a esse texto, até conseguir que ele ceda um sentido transmissível.

No entanto – e passamos à especificidade – pode suceder uma de duas coisas: ou o tradutor não encontra esse sentido, e aí deve desistir; ou o tradutor encontra mais do que um, como banalmente acontece na literatura, e não consegue transmitir todos. Aí, ou se socorre das notas de rodapé, ou desiste também... até que venha outro tradutor capaz de o(s) resolver satisfatoriamente para o seu público. Por mim, penso que nalguns casos desistir também será uma atitude ética. Eu estou quase para o fazer, na minha tradução em curso, que é a de *Lolita*. Trata-se de um romance escrito em língua inglesa onde ocorrem vários galicismos, porque o seu narrador é supostamente um culto emigrado europeu emproado.... Os galicismos não representam problema. O que está em francês fica em francês e pronto. Sucedem que *Lolita* é também, declaradamente, uma homenagem de um expatriado russo “à língua inglesa”... mas se esta passa toda para português na tradução, onde fica tal homenagem? *Lolita*, note-se, tem já uma tradução bastante competente para português por uma tradutora admirável, Fernanda Pinto Rodrigues. Ela, dotada, aliás, de um conhecimento muito cirúrgico da diferença cultural do uso do inglês, tratou de transpor o inglês rebuscado e fantasioso de Nabokov para um português que em muitos passos é também delirantemente erudito. É difícil fazer muito mais. A minha última tentativa, que estou agora a experimentar, é a de deixar em inglês alguns termos conspícuos ou especialmente produtivos para a verve do narrador...

>>

MVG: Deduzo das suas palavras finais da nota introdutória a *Os Cadernos de Pickwick* que para si não há uma teoria de tradução que possa aplicar-se aos textos em geral e que cada texto particular

solicita do tradutor estratégias adequadas àquele texto em concreto
 i) Concorda? Qual a sua posição em relação a esta questão? E qual o valor (utilidade), para si, tradutora, das teorias de tradução? ii) Na referida introdução faz um inesperado convite ao leitor: que substitua a “aguardente” (na trad.) do Sr. Pickwick por brandy, se assim preferir. Quer desenvolver ou explicitar a ideia contida neste convite?

MVG: Ponto principal: acredito piamente, com Jakobson, e seus sequazes formalistas russos, que a literariedade se encontra no desvio à norma do uso da linguagem. Assim sendo, a última preocupação de um texto literário será a coerência, enquanto obediência a um padrão, e, por arrasto, essa será também a última preocupação de uma tradução que se diga “literária” (por oposição à “tradução de texto literário”, a qual pode ser feita de diversas formas, inclusive por paráfrase simplificativa). Advertência: quando digo a última preocupação, quero dizer isso mesmo, *i. e.* não é que ela absolutamente não exista, mas que há muitas outras que se lhe sobrepõem. É por isso que posso ir mesmo mais longe, e dizer que não só cada texto em particular pede uma determinada estratégia de tradução, como que determinados passos num único texto podem requerer diferentes estratégias de tradução. É o que pretendo insinuar quando refiro, na tal nota introdutória, passo a citar: “Estas pessoas bebem muito. Em termos de cerveja, bebem uma quantidade de *ales, porters, stouts* e *beers* que em português perdem para a distinção apenas entre cerveja preta, branca ou com ocasional travo a malte. No entanto, bebem xerez, claro, porque a ginjinha já é demasiado portuguesa. Mas a bebida preferida do Sr. Pickwick é aguardente aquecida com água. Se o leitor preferir que ele beba *brandy*, como Dickens escreveu, faça favor de substituir”. Ou seja: há aqui estratégias em conflito. Como atrás disse, eu tendo a preferir – pela questão ética de abertura ao estrangeiro que Lawrence Venuti invoca e que, quanto a mim, mesmo antes de o conhecer, já justificava seleccionar um texto para tradução em vez de nos contentarmos só em publicar

as obras do nosso repertório – opções que mostrem quer a diferença quer a amplitude de não estarmos perante um texto originalmente escrito na nossa língua. No entanto, não tomo isto cegamente porque não funciona sempre. Não funciona sobretudo para reproduzir o efeito de comicidade, porque o humor é essencialmente contextual e parte da identificação. Ora, beber em excesso geralmente suscita o cómico. E eu pensei que esse humor seria tanto mais replicável quanto o leitor se identificasse com os detonadores da bebida. Há limites, porém: pessoas inglesas não podem beber ginjinha. No entanto, a aguardente *passa*, e *passa*, julgo eu, mais do que o *brandy*, que é uma realidade alheia que pode impedir o leitor de sorrir. Acontece que eu reconheço que existe a idiossincrasia do tradutor e, portanto, não estou segura da minha opção. Logo, admito-o, num prefácio de tradutora que, como as notas de rodapé, pode servir para vazar a insuficiência... Ao leitor deixo a escolha... até que venha o tradutor que encontre um meio termo, ou o termo, mais feliz.

>>

Isto de alguma forma também responde à questão do contributo das teorias da tradução para a prática. Apesar de já ter referido que só cheguei às teorias depois da prática, considero-as extremamente úteis, conforme ensino aos meus alunos de Tradução, para duas atitudes essenciais: saber desconfiar dos primeiros impulsos, e saber justificar as opções. Para mim, um trabalho honesto em tradução é aquele que eu posso justificar, em face de outras alternativas possíveis, e as teorias servem para justificações mais informadas.

MLS: *The Pickwick Papers* tem, em tradução portuguesa, 933 páginas. Sente que o seu esforço foi recompensado (em todos os sentidos)?

MVG: O meu esforço foi amplamente recompensado. Fernando Pessoa, no *Livro do Desassossego*, disse não só que o frustrava não poder apertar a mão ao Sr. Pickwick e ao Sr. Wardle, como

não poder de novo encontrar o livro, porque já o tinha lido. Eu, que passei com ele seis saudosos e alegres meses, tive o privilégio não só de o ler várias vezes como de tratá-lo como um amigo. Só espero que os leitores venham a sentir o mesmo pelo seu esforço.

MLS: *Como vê a situação dos tradutores em Portugal?*

MVG: A situação dos tradutores em Portugal melhorou bastante nos últimos anos, seja por uma maior regulação de políticas de tradução, seja por uma maior visibilidade dada aos tradutores — aí, quer pela atenção académica quer até, no caso da tradução literária, por uma crítica mais atenta ao trabalho de tradução. Isso, todavia, não se reflecte ainda nas condições de trabalho (tantas vezes desatentas à concentração, ao rigor, ao tempo exigidos) nem, na maioria dos casos, em honorários dignos. Espero que um maior corporativismo entre tradutores possa colmatar essas falhas.